

Gênero como categoria de análise para antropologia: contribuições das abordagens pós-coloniais¹

Priscilla Braga Beltrame (UFPE/PE)

Palavras-chave: gênero; feminismo; teorias pós-coloniais

O objetivo desta apresentação é propor uma reflexão a respeito das possibilidades de aperfeiçoamento de referenciais teórico-metodológicos adotados para a análise de contextos sociais e culturais pós-coloniais, especificamente o foco é na possibilidade de articulação construtiva entre teorias desenvolvidas no contexto do Norte e Sul global. Com o objetivo de exemplificar esse movimento de construção teórica cito o debate a respeito das relações de gênero com base nas contribuições de Gayle Rubin (1979), Joan Scott (1986) e Rita Laura Segato (1998; 2012; 2016). A minha fala será organizada em três tópicos de discussão: em primeiro lugar, vou trazer reflexões de autores(as) pós-coloniais tais como Talal Asad (1975), Achile Mbembe (2001), Sérgio Costa (2006) e Larissa Pelúcio (2012) para pensar nesse movimento de produção do conhecimento; em segundo lugar, vou sintetizar os principais pontos teóricos que as pensadoras norte-americanas propuseram em suas obras para a compreensão dos sistemas de gênero; e por fim, apresento a proposta da antropóloga argentina Rita Laura Segato (1998; 2012; 2016) para pensar gênero em contextos pós-colônias. No caso dessa reflexão utilizei como questão norteadora os debates de gênero, essa é a minha área de atuação na pesquisa antropológica, mas essa reflexão eu proponho para os colegas de outras áreas da disciplina, com os conceitos e teorias que lhe são caros.

Teorias pós-coloniais: alguns pensadores(as) e suas contribuições teóricas

As chamadas teorias pós-coloniais ou decoloniais nascem da crítica feita à Antropologia da forma como era feita pelas Escolas Clássicas, especialmente no que se refere à problemática que guia a discussão deste ensaio: a possibilidade de que algumas das ferramentas teórico-metodológicas construídas por pensadores(as) do Norte global não sejam adequadas para pensar contextos tão específicos como os pós-colônias, nesse sentido necessitam ser criados outros conceitos ou serem adaptados para a análise de determinados contextos sociais.

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

Talal Asad (1975) analisa o surgimento das teorias pós-colônias e argumenta que o percurso desde a emergência Escola Britânica de Antropologia, que especialmente a partir dos trabalhos realizados pelos antropólogos Bronislaw Malinowski e Alfred Radcliffe-Brown, se consolida como disciplina científica, até poucas décadas atrás, era um percurso no qual os estudos realizados se referiam predominantemente aos povos ditos “primitivos”, especialmente os moradores das colônias europeias, os outros em relação aos ocidentais. E são alguns desses povos outros que atualmente reivindicam esse lugar de produtores(as) do conhecimento, podemos então falar em uma ciência escrita pelos que antes eram os outros.

O trabalho de Malinowski “Os argonautas do Pacífico Ocidental” (1978) foi fundamental para a consolidação da disciplina, especialmente no que refere ao método de pesquisa de campo proposto pelo autor da “observação participante” realizada em profundidade e por um grande período de tempo, um quase tornar-se “nativo”. O trabalho de campo do autor foi realizado nos arquipélagos situados no extremo leste da Nova Guiné, especialmente nas ilhas de Trobriand, durante aproximadamente dois anos. E em um trecho muito conhecido no primeiro capítulo de seu livro, a esse respeito ele diz: “Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista” (Malinowski; 1978, p.19). Este trabalho citado de Malinowski traz à cena uma forma de fazer trabalho de campo, considerado atualmente como tradicional ou clássico. E o trabalho de Radcliffe-Brown, especificamente com a sua publicação do clássico “Estrutura e função na sociedade primitiva” (1973), é igualmente fundamental para pensar no marco teórico do estrutural funcionalismo. Pode-se dizer que enquanto Malinowski (1978) fez consideráveis contribuições para a consolidação da disciplina no que diz respeito ao método, Radcliffe-Brown(1973) fez o mesmo com relação à teoria.

De acordo com Asad (1975) é apenas a partir da década de 1970 que começa a se construir uma crítica a essa forma “tradicional” de se fazer antropologia, buscando construir novas possibilidades teórico-metodológicas para a disciplina. Durante este período citado temos a ampliação do escopo da Antropologia, tanto para novos campos de estudos, como por exemplo as sociedades complexas – antes nas Ciências Sociais estudadas prioritariamente por sociólogos(as) e cientistas políticos(as) – quanto para os tipos de dados que podemos coletar nos trabalhos de campo, de forma que se possa proceder com a triangulação de dados, são exemplos de novas técnicas de coleta de dados nos trabalhos de campo utilizados para compor o argumento etnográfico: técnicas

estatísticas, arquivos históricos, fontes literárias, histórias de vida, etc. E ainda de acordo com Asad (1975), além da ampliação do escopo da Antropologia no que diz respeito a forma como fazemos trabalho de campo, há uma proposta de reestruturação da disciplina que afeta o objeto, o suporte ideológico e a própria base organizacional da disciplina diretamente relacionada à produção do conhecimento antropológico em países que passaram por processos de colonização e de conquista da independência política, e aqui o autor se refere especificamente aos países africanos que conquistaram independência após a década de 1950.

As mudanças citadas por Asad (1975) trazem importantes impactos para a Antropologia, sendo ela, inicialmente, uma ciência ocidental que nasce em um contexto de dominação de outros povos. E isso é muito importante, pois se por um lado a antropologia contribuiu para o conhecimento de outras culturas e o reconhecimento de uma unidade da humanidade de todos os povos, por outro lado e de forma indireta, contribuiu para a manutenção das estruturas de poder dos sistemas coloniais, pois com base nos conhecimentos obtidos através de pesquisa antropológica se adaptaram políticas de dominação e opressão de povos não ocidentais.

De acordo com Pelúcio (2012) é neste contexto descrito que surgem as chamadas teorias decoloniais, que podem ser entendidas enquanto as teorias feitas pelos Outros ou ainda pelos subalternos, os não brancos e europeus, majoritariamente homens que desenharam boa parte das ferramentas teórico-analíticas das ciências humanas. Um dos objetivos principais deste esforço teórico é refletir criticamente a respeito dos conhecimentos advindos dos grandes centros de produção a fim de construir novas categorias analíticas e teóricas para a análise de contextos sociais distintos, mas, ao mesmo tempo, refletindo criticamente sobre os construtos advindos do norte global no sentido de perceber quais são adequados e quais são possíveis de serem usados após releituras. De acordo com Pelúcio (2012; p. 402):

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas.

Costa (2006) caracteriza os estudos pós-coloniais como um amplo e diversificado conjunto de estudos voltados para o esforço de desconstruir essencialismos ocidentais e articular as análises

que levam em conta o colonialismo, mas também os outros marcadores sociais relevantes em determinado contexto. O prefixo pós para Costa (2006; p.118):

[...] trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado (Hall, 1997a). Colonial, por sua vez, vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais.

De forma geral as teorias decoloniais ou pós-coloniais² analisam os efeitos políticos, sociais, artísticos e literários que estão relacionados a um contexto de colonialismo, isso tanto para os países colonizados, quanto para os países colonizadores, sendo que em grande medida se referem mais aos países que são ex-colônias europeias e nas quais os(as) autores(as) “nativos” refletem a respeito da construção do conhecimento. Autores de diversas correntes teóricas e áreas de conhecimento integram esse corpus teórico, neste ensaio, são citados: Talal Asad (1975), Achile Mbembe (2001), Sérgio Costa (2006), Larissa Pelúcio (2012) e Rita Laura Segato (1998; 2012; 2016).

Talal Asad é antropólogo. Ele nasceu no ano de 1932 em Medina, na Arábia Saudita. Atualmente é professor no Centro de Graduação da Cidade de Nova York. O autor fez contribuições significativas para os estudos pós-coloniais sobre religião, especialmente no estudo do islamismo e do mundo muçulmano, também discute noções eurocêntricas de humanidade e civilização e as implicações da influência dessas ideias na construção de categorias teóricas e analíticas para a antropologia. As principais obras de Asad, são: “*Anthropology & the Colonial Encounter*”(1975), “*The Idea of an Anthropology of Islam. Center for Contemporary Arab Studies*”(1986) e “*Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*”(1993).

Achile Mbembe é outro autor fundamental para se compreender o que são as teorias pós-coloniais. Ele é Historiador e Cientista Político. Nasceu em 1957 em Camarões. Atualmente é professor nas Universidades de Duke (Virgínia, Estados Unidos) e de Witswatersrand (Joanesburgo, África do Sul). Ele é considerado um dos maiores teóricos do pós-colonialismo, pensador das questões de história e política africana. Tem livros bastante conhecidos, como por exemplo, "A crítica da razão negra" (2014), no qual ele desenvolve o conceito de negro em um texto profundamente teórico e permeado por filosofia política. O trabalho mais recente do autor é o artigo "A era do humanismo está acabando" (2016), no qual ele aborda a

2 A terminologia pós-colonial e decolonial são utilizadas para indicarem o mesmo conjunto teórico. Durante aula de doutorado sob responsabilidade de prof. Alex Vailati (UFPE/PPGA) foi esclarecido que o termo decolonialismo traz ênfase em que não são estudos depois do processo de colonização, dado que esses processos iniciados durante o período em que esses países eram colônias não se extinguem após a independência política.

relação de tensão atual na economia e política entre a democracia liberal – e os direitos a ela associados - e o capitalismo neoliberal – enquanto uma das formas mais acirradas do capital. No livro “*On the postcolony*” (2001) ele organiza e contribui com autoria de dois dos artigos. O livro é uma coleção de ensaios críticos que exploram questões de poder e subjetividade na África pós-colonial, mas que podem ser ampliadas para pensar em outras sociedades pós-coloniais.

De acordo com Mbembe (2001) a reflexão acadêmica clássica que se refere aos povos do continente africano possuem duas características primordiais: (1) como ser humano incompleto em relação ao homem, branco e europeu em uma visão profundamente etnocêntrica; (2) como algo que embora seja estranho, por ser pensado enquanto incompleto ou inferior, pode ser “domesticado”. É neste sentido que os povos do continente africano passaram a ser considerados enquanto o Outro por excelência, o outro mais absoluto. O ser diferente não é apenas diferente, é o nada. A questão central que guia os estudos de Mbembe é que as sociedades outras poderiam ser melhor entendidas sem a comparação hierárquica entre elas e as sociedades ocidentais e por pensadores nativos, mas ao mesmo tempo, e como mesma importância para a análise, levar em consideração que a grande maioria dos povos existentes vivem, de uma forma ou de outra, integrados no mundo capitalista globalizado. É neste sentido interessante analiticamente pensar nessas sociedades articulando teorias do Norte e do Sul global, utilizando-se das ferramentas da ciência ocidental de forma reflexiva e em diálogo com pensadores nativos. O questionamento central de Mbembe (2001) é como utilizar uma ciência social que nasce conjuntamente com a dominação europeia nos locais hoje ex-colônias? Pensando-se no panorama acadêmico brasileiro, pode-se trazer respostas muito construtivas, no caso específico deste ensaio, no que diz respeito as questões de gênero, como por exemplo com as autoras Larissa Pelúcio (2012) e Rita Laura Segato (1998; 2012; 2016).

Larissa Pelúcio é uma professora e pesquisadora brasileira que trabalha com o que chamamos de teoria pós-colonial com contribuições significativas para o desenvolvimento do campo nas Ciências Sociais no país. Ela tem doutorado em Ciências Sociais e pós-doutora com trabalhos com foco temas como sexualidade, saúde, corporalidade, travestilidades e gênero. A autora possui diversas publicações, como por exemplo, “Na noite nem todos os gatos são pardos” (2005), “Despatologização do gênero: a politização de identidades objetas” (2012) e o trabalho adotado para integrar esta reflexão “Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer” (2012).

O artigo referido de Pelúcio (2012) é interessante para trazer as reflexões de Mbembe (2001) para pensar o Brasil. A autora argumenta que embora no Brasil uma boa parte da população se considere branca, devido à miscigenação que ocorreu ao longo da história do país no pós-colonização. Essa miscigenação sendo característica de países do Sul global que sofreram processo de colonização europeu, como também dos países do continente africano, de que nos fala Mbembe. Pelúcio adota então o conceito de Anibal Quijano de “cores do colonialismo” para pensar nesses povos, dos quais fazem parte Pelúcio, Quijano e Mbembe. Voltando para a crítica de Mbembe (2001) de que os povos africanos seriam pensados como os outros em versões mais clássicas da antropologia, podemos ampliar para pensar nos brasileiros como os outros também, inspirado na forma como Pelúcio (2012) argumenta.

Pensar em determinado povo como representado como o Outro faz pensar na possível articulação com as ideias feministas de Simone de Beauvoir (1949), que em uma abordagem clássica, defende que o problema da desigualdade de gênero tá em a mulher ser considerada como o outro, que não é sujeito de seus próprios projetos e objetivos, um ser imanente. Em trecho da introdução do livro “O segundo sexo: fatos e mitos” (1949; p.10), ela diz:

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o ‘sexo’ para dizer que elase apresenta diante do macho com um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o absoluto; ela é o Outro.

É importante se pensar na análise antropológicas a respeito das relações de gênero em sociedades como o Brasil, por exemplo, de forma que articule questões de colonialidade e de gênero. Rita Laura Segato tem grandes contribuições nesta área.

Rita Laura Segato é uma antropóloga feminista argentina que trabalha especialmente com gênero nas sociedades da América Latina, com foco nas investigações sobre questões de gênero em povos indígenas. A autora foi professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília entre 1985 e 2010. No ano de 2011 migrou para um campo de estudos de gênero mais interdisciplinar e para a docência em pós-graduações interdisciplinares de Bioética e Direitos Humanos na mesma instituição além de ser professora visitante de vários programas de doutorado da América Latina. Ela possui diversas publicações, por exemplo, o livro “La guerra contra las

mujeres” (2016), e os artigos “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial” (2012) e “Os percursos do gênero na antropologia e para além dela” (1998). Os trabalhos citados de Segato são trabalhados no último tópico desta reflexão em diálogo com o debate clássico de gênero nas ciências humanas trabalhado no próximo tópico.

Teorias clássicas de gênero: as contribuições para de Gayle Rubin e Joan Scott

Levando-se em consideração a proposta de Costa (2006) de que os estudos pós-coloniais não seriam uma crítica destrutiva a epistemologia tradicional das ciências sociais, mas seriam uma proposta de contribuição às teorias já escritas por autores do Norte global, especialmente dialogado-se com as problematizações feitas pelas teorias pós-coloniais. É neste sentido que o debate deste tópico se centra na contribuição de duas autoras clássicas utilizadas para pensar gênero³, são elas: Gayle Rubin e Joan Scott.

Historicamente a primeira definição de “gênero” no sentido que entendemos atualmente nas ciências humanas, como os “estudos de gênero”, foi sistematizada por Gayle Rubin na década de 1970 e publicada no artigo “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo” (1975). Nesse trabalho a autora - com base em uma articulação crítica entre os argumentos de Lévi-Strauss sobre a troca de mulheres e a divisão sexual do trabalho por um lado, e os argumentos de Freud, por outro lado, no que se refere a teoria psicanalítica clássica da feminilidade - cunhou o conceito de “sistema sexo-gênero” para a análise das relações de gênero em determinado contexto cultural. O sistema de relações de gênero é pensado nesta linha de raciocínio enquanto um sistema econômico e político que organiza a relação entre homens e mulheres de diferentes culturas, tendo

3 Nas ciências humanas há um grande debate a respeito de como construir categorias analíticas para compreender a relação social entre pessoas do sexo masculino e do feminino. Inicialmente pode-se pensar em duas tradições que, em grande medida, exercem grande influência nos estudos e pesquisas: a tradição norte-americana e a tradição francesa. Na tradição francesa temos pesquisas que costumam adotar com mais frequência o conceito de “relações sociais de sexo”, noção construída com influência teórica marxista e com significado semelhante ao de “relações sociais de produção”, sendo a diferença que enquanto a primeira se refere às relações de acordo com o sexo, as segundas se referem às relações de acordo com a classe social. E o conceito de gênero foi em grande medida construído por pesquisadoras atreladas à tradição norte-americana das ciências humanas (Hirata et al; 2009). No Brasil ambas as tradições vão exercer grande influência nos estudos sobre mulheres, mas levando em consideração o uso predominante da categoria de gênero, penso ser essa proposta analítica mais adotada pela antropologia local e retrabalhada e adaptada para as especificidades locais. A categoria de gênero é fundamental no marco teórico desta pesquisa por ser seu objetivo geral a compreensão do Estado como elemento central na reprodução/transformação do sistema de gênero em determinada cultura por meio da regulamentação conferida ao aborto.

em todas elas em comum o parentesco e a socialização como elementos centrais na reprodução ou transformação do sistema. Nas palavras de Rubin (1979; p.13), o sistema de sexo-gênero é “[...] um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional”.

O trabalho citado de Rubin (1979) exerce grande influência nos estudos a respeito das relações entre os sexos Brasil, podendo isso ser observado recorrentemente tanto nas ementas de disciplinas de gênero e feminismo, quanto na constante referência ao estudo citado em pesquisas da área. Após aproximadamente uma década da publicação de Rubin (1979), Scott (1986) publicou o artigo “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica” que também passou a exercer influência considerável e pode ser considerado como uma abordagem complementar e mais aprofundada do conceito desenvolvido pela primeira. No artigo citado o argumento central da autora é que os conceitos já cunhados de “gênero” são muito uteis para descrever sistemas de gênero, mas não enquanto uma categoria analítica já operacionalizada de forma clara e sistemática, como é a proposta feita por ela. Scott (1986) argumenta que embora o parentesco seja de fundamental importância para compreender o funcionamento dos sistemas de gênero interculturalmente, há sociedades mais complexas em que outros aspectos da organização social também exercem considerável influência nos sistemas de relações de gênero, e não apenas isso, o gênero seria a primeira forma de significar as relações de poder em todas as esferas da sociedade. Nas palavras dela (Scott; 1986, p.13), o conceito de gênero anterior ao proposto por ela:

Essa interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, e para o(a) historiador(a) ela não deixa meios de ligar esse conceito (nem o indivíduo) com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família. Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria.

A proposta de “gênero” de Scott (1986) pode ser vista então uma alternativa/complementar à visão de Rubin (1975). Gênero como uma categoria de análise, tal como proposto é subdividido em duas proposições dissociáveis apenas para fins analíticos, mas sem que se perca a dimensão articulada da totalidade da realidade social. As duas principais proposições que são o alicerce do conceito são: [1] “gênero é um dos elementos constitutivos das relações sociais, baseados nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott; 1986, p.20) e, gênero “é uma forma

primeira de significar relações de poder” (Scott; 1986, p.20). Na primeira proposição há quatro elementos, o primeiro são os símbolos que de acordo com ela, são (Scott; 1986, p.21):

[...] culturalmente disponíveis e evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição cristão do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. Para os(as) historiadores(as), as questões interessantes são: quais as representações simbólicas evocadas, quais suas modalidades, em que contextos?

Associados aos símbolos temos o segundo elemento da primeira proposição de gênero de Scott(1986), são os conceitos normativos, sendo hegemônicos em determinado período histórico e caracterizados como ideias que contribuem para o esforço de legitimação e manutenção das relações de poder desiguais, para a autora (1986; p.21):

Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. De fato essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e às vezes têm confrontações abertas ao seu respeito quando e em que circunstâncias, é isto que deveria preocupar os(as) historiadores(as). A posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível.

Somando-se aos dois elementos anteriores que compõe a primeira proposição do conceito de gênero de Scott (1986) – os símbolos e os conceitos normativos -, há também o terceiro elemento, as subjetividades construídas neste contexto, ou ainda, as feminilidades e masculinidades, nas palavras da autora (1986; p.22):

[...]a identidade subjetiva. Conferências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si.

O último elemento da primeira proposição de Scott (1986) que integra os sistemas de gênero, são as instituições, sendo uma das instituições mais importantes nas sociedades ocidentais ou com forte influência desta, o Estado. Nas palavras de Scott (1986, p.22) levar as instituições em conta nas análises das relações de gênero é importante já que:

O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a

natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais.

E por fim, a segunda proposição que integra o construto analítico é se levar em consideração que o gênero é uma das principais formas de significar as relações de poder em todas as dimensões da sociedade. Scott (1986, p.26) defende que:

Frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino.

As teorias de gênero de Rubin(1979) e de Scott(1986) são contribuições muito importantes e adotadas recorrentemente nas pesquisas brasileiras. Mas voltando para as reflexões realizadas no primeiro tópico do ensaio a respeito das problematizações teóricas e analíticas feitas pelos(as) autores pós-colônias citados no segundo tópico, quais são as particularidades de países do Sul global nas questões de gênero. Os trabalhos de Segato (1998; 2016; 2012) são de importância central neste panorama de repensar esse gênero enquanto uma categoria de análise.

As contribuições da antropologia feminista pós-colonial de Rita Laura Segato

Segato (1998) argumenta que na visão antropológica clássica das relações de gênero, poderíamos pensar a partir de duas vertentes: relativista e universalista. A perspectiva relativista teria sido inaugurada com a abordagem de Margareth Mead e: “tem seu ponto de partida na constatação inicial de que ‘mulher’ e ‘homem’ são entidades diferentes, preenchidas com conteúdos variáveis, através das sociedades”(Segato; 1998, p.5). Este tipo de abordagem coloca mais em evidência as especificidades culturais das relações de gênero. Por outro lado, a perspectiva universalista enfatiza a universalidade da desigualdade de gênero e propõe categorias analíticas para compreender o fenômeno interculturalmente, ou ainda dentro de uma mesma cultura ao longo do tempo. Nas palavras de Segato (1998; p.6):

A contrapartida daquela primeira contribuição, daquele primeiro viés, eminentemente antropológico e relativista, veio a ser, a partir dos anos 70, a ênfase colocada por um conjunto de autoras na questão da universalidade da hierarquia de gênero, seguida por uma tentativa de gerar modelos para dar conta desta tendência universal da subordinação da mulher na dimensão ideológica das

representações culturais. Esta constatação, naturalmente, não negou as estratégias singulares das mulheres para participar do poder ou situar-se em posições de autoridade, mas disse respeito à estrutura que rege a ideologia de gênero nas mais diversas sociedades, que, embora apresentando diferenças, tendem a representar o lugar da mulher como um lugar subordinado.

Algumas décadas depois e com o aumento de estudos em ambas as vertentes, chega-se a conclusão que a tensão relativismo e universalismo deve ser mantida, para que dessa forma se possa perceber ao mesmo tempo, tanto as questões específicas de determinado contexto cultural, mas também sem perder de vista a universalidade da subordinação das mulheres. De acordo com Segato (1998; p.8):

Constata-se, a partir de essa geração de estudos hoje clássicos, o primeiro grande dilema ou contradição que os estudos de gênero enfrentam na Antropologia. Por um lado, o relativismo das construções: mulher e homem são categorias preenchidas com conteúdos diferentes em tradições diferentes e até em épocas diferentes da mesma história ocidental. Por outro lado, a descoberta, através e apesar das diferenças culturais, de uma tendência à universalidade da hierarquia de gênero, ou seja, da universalidade do gênero como uma estrutura de subordinação, deu origem a uma série de trabalhos hoje clássicos.

É fundamental perceber os aspectos universais das relações de gênero de forma articulada com as características locais. Podemos pensar dessa forma, como reflexão inspirada pela proposta de Costa (2006), de similaridade e complementariedade, neste caso, entre teorias de gênero de Scott (1986) e de Segato (1998; 2012; 2016). Isso especialmente no que diz respeito a questão universal das relações de gênero serem entendidas enquanto uma das formas primordiais de significar o poder, isso mais próximos dos termos usados por Scott (1986) e o gênero enquanto um "protótipo para se compreender o fenômeno do poder", nos termos de Segato (1998; p.2) e que essa reflexão:

Apesar de ter sido deixada tradicionalmente nas mãos das mulheres, a reflexão sobre gênero, na verdade, trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a todos, esclarecendo-nos sobre os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral, além de originar um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao nos permitir falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, raciais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas.

Pode-se dizer que as teorias de Scott (1986) e Segato (1998; 2016) pensam de forma semelhante no que diz respeito aos aspectos universais da desigualdade de gênero. Entretanto Segato (2016) nos propõe uma reflexão a respeito das especificidades dos sistemas de gênero em

contextos pós-coloniais. De acordo com Segato (2016) o gênero é uma categoria primordial de posições hierárquicas de prestígio e poder porque se manifesta na família original, e é por meio do patriarcado familiar que se aprende tanto as hierarquias nas relações de gênero, mas também em outras relações como de raça e classe. Nas palavras da autora (2016; p. 92):

es en los «géneros» que se traviste una estructura subliminal, en sombras, de relación entre posiciones marcadas por un diferencial de prestigio y de poder. Ese cristal jerárquico y explosivo se transpone y manifiesta en la primera escena de nuestra vida bajo las formas hoy maleables del patriarcado familiar, y luego se transpone a otras relaciones que organiza a imagen y semejanza: las raciales, las coloniales, las de las metrópolis con sus periferias, entre otras.

Segato (2016) argumenta que já existia um patriarcado pré-intervenção colonial, defendendo essa tese utilizando como evidência os mitos de origem de uma grande quantidade de povos – inclusive dos ocidentais cristãos – nos quais “se narra a derrota e o disciplinamento da primeira mulher e do primeiro grupo de mulheres”. E que a este patriarcado inicial soma-se um patriarcado colonizador que substitui uma relação antes apenas hierárquica, onde os diferentes gêneros ocupavam lugares distintos, mas tinham sua plenitude, por uma relação de gênero binária, onde o homem é o Sujeito Universal, e a mulher é o outro, onde não apenas os homens teriam mais poder e prestígio do que as mulheres, por uma lógica de pensamento de tenta anular a posição da mulher como portadora poder e prestígio. Essas duas tradições de organização de gênero, a pré-colonização e a ocidental colonizadora se articulam dando origem às várias nuances que encontramos nos países pós-coloniais, como é o caso do Brasil. É neste sentido que os países pós-coloniais da América do Sul tem especificidades em suas relações de gênero que a teoria pós-colonial de Segato (1998; 2012; 2016) pode contribuir para o entendimento.

A autora defende que na América Latina a violência contra a mulher, especialmente por meio do feminicídio, é significativamente maior do que os países do Norte global, e esse é um importante medidor para se compreender as relações de gênero em determinado contexto social. E que embora se tenham leis para tentar reduzir a violência contra a mulher, debates a respeito dos direitos humanos, corpus de seguridade, mesmo assim, as mulheres continuam sendo vítimas de feminicídio. Segato (2016) denomina o sistema de gênero advindo da articulação entre os sistemas de gênero pré-coloniais e os sistemas e gênero trazidos pela coloização de “patriarcado colonial-moderno de alta intensidade”. Para a autora o patriarcado nos países ex-colônias trariam como característica o acirramento da opressão de gênero por se somar a opressão sofrida anteriormente

nos processos de colonização e nas raízes que estes processos deixaram nas sociedades como no Brasil. Nas palavras da autora (2016; p.96):

La privatización, minorización y transformación de los asaltos letales contra las mujeres en «problemas de interés particular» o «temas de minorías» es consecuencia de ese tránsito del patriarcado de baja intensidad de la parcialidad masculina en el mundo comunitario al patriarcado colonial-moderno de alta intensidad propio del dominio universal. El efecto de la minorización es sentido, por ejemplo, en la forma en que feminicidios y crímenes homofóbicos tienen un valor residual, siendo rebajados a casi apenas un espectáculo en la práctica jurídica y en los estándares mediáticos de América Latina; al mismo tiempo, las feministas, y nuestras demandas, nos plegamos a tratarlos como temas particulares, compartimentados y del gueto. De esta forma se pasa por alto que todas esas violencias a «minorías» no son otra cosa que el disciplinamiento que las fuerzas patriarcales nos imponen a todos los que habitamos ese margen de la política. Se trata de crímenes del patriarcado colonial moderno de alta intensidad, contra todo lo que lo desestabiliza, contra todo lo que parece conspirar y desafiar su control, contra todo lo que se desliza hacia fuera de su égida, con las varias estrategias y tácticas diarias con las que muchos de nosotros, a propósito o inadvertidamente, nos deslizamos y escabullimos de la vigilancia patriarcal y la desobedecemos. Expurga de ese modo todo lo que no le concede el reconocimiento debido a su forma de estructurar y disciplinar la vida, a su forma de habilitar y naturalizar un camino de asimetrías y dominaciones progresivas.

E então pode-se voltar a Mbembe (2001) quando ele fala na necessidade de utilizar tanto teorias construídas nos principais centros do poder econômico do sistema global capitalista, porque o local está permeado por elementos em níveis variáveis do global; mas sem perder os aspectos locais de determinado fenômeno, geralmente melhor percebidos por pensadores(as) nativos, pelos trabalhos escritos por esses outros e outras que também constroem saberes antropológicos sobre seu próprio povo. Ou ainda pode-se ressaltar a proposta de Costa (2006) de que possamos perceber as teorias pós-colônias a partir de suas contribuições para pensar novos contextos sociais, sem ser uma forma radical de não uso de teoria clássicas construídas anteriormente nas ciências humanas. A proposta desta fala foi fazer essa reflexão a partir do debate a respeito da construção da categoria analítica de gênero para os estudos antropológicos.

Bibliografia

ASAD, Talal. **Anthropology and the colonial encounter**. Ithaca, 1975.

MBEMBE, Achille. **On the postcolony**. Univ of California Press, 2001.

SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Traficantes de Sueños, 2016.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 395, 2012.

RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade**.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: **Abril Cultural**, v. 2, 1978.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Structure and Function**. London: **Cohen and West**, 1952.

ASAD, Talal. The idea of an anthropology of Islam. **Qui Parle**, v. 17, n. 2, p. 1-30, 2009.

ASAD, Talal. **Genealogies of religion: Discipline and reasons of power in Christianity and Islam**. JHU Press, 2009.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos. **Cadernos pagu**, v. 25, p. 217-248, 2005.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos feministas**, p. 569-581, 2012.